

---

**Sobre a atribuição de sentido à História em *O arco-íris da gravidade*, de Thomas Pynchon**

**Pedro Dolabela Chagas**  
Mestre em Literatura Brasileira pela UFMG  
e doutorando em Literatura Comparada pela UERJ

Duas acepções da palavra “sentido” aparecerão neste texto. A que mais nos interessa pode ser definida como a condensação semântica da matéria textual (das palavras e frases impressas sobre o papel), que de início é recebida e processada apenas sensorialmente pelo leitor do texto literário. Nesta acepção, “sentido” (tal como a palavra que aparece no título deste ensaio) corresponde à semantização das “imagens mentais” que, como propõe Wolfgang Iser em *O ato da leitura* (ISER, 1996 e 1999), vêm à mente do leitor durante o ato da leitura, proporcionando a ele a passagem da leitura para o real empírico. Uma vez aceita esta concepção de ordem fenomenológica, cabe à crítica literária traduzir as imagens num texto argumentativo, que saiba se apoiar no dado empírico para legitimar aquilo que, de outro modo, não passaria de uma experiência contingente do crítico-enquanto-leitor (conforme aponta Luiz Costa Lima em *Mimesis: desafio ao pensamento*).

A outra acepção de “sentido” que nos será de interesse é a de número 10 do *Dicionário Houaiss*, que o define como “aquilo que se pretende alcançar quando se realiza uma ação; alvo, fim, propósito”. É ela que nos permitirá localizar alguns dos ecos da obra de Max Weber presentes em *O arco-íris da gravidade*, fundamentais para que compreendamos um dos sentidos (na primeira acepção) atribuídos pelo romance de Pynchon à História Moderna, entendida como História Européia. Para que os dois termos não se confundam, trataremos por *Sinn* o “sentido” na sua segunda acepção, resgatando assim o termo original utilizado por Weber.

Antecipamos que destarte será abordada apenas uma das muitas atribuições, e apenas duas das *estratégias de atribuição* do sentido presentes em *Gravity's rainbow* (a partir daqui, *GR*), com referência à História Moderna. Analisaremos em detalhe somente o sentido da História que aparece situado na lacuna, no vazio que a narrativa repetidamente sugere existir entre uma série de práticas profissionais rotineiras, e as racionalizações que as legitimam, vazio formado negativamente – como “terceiro excluído” – através da não-confirmação de uma *unidade de sentido-Sinn* a englobar *ratio* e *praxis*: formado, portanto, através da contradição – notoriamente weberiana – da expectativa segundo a qual a ação humana, sempre que na condição de uma “ação racional orientada a fins”, seja coerente logicamente com os fins que ela declara seus. Se a aproximação com Weber é autorizada pelo próprio romance (que o cita nominalmente em pelo menos duas passagens), tendo-se daí constituído num *topos* central da sua fortuna crítica, há contudo que se observar a inversão que nele se vê: ao passo que em Weber o sentido-*Sinn* é um referencial metodológico para a análise – e denúncia – da irracionalidade de certas ações humanas (pertencentes à esfera moderna e elaboradas como “tipos ideais”) cuja “normalidade” é comumente aceita, em Pynchon tem-se a narração de ações moralmente hediondas, mas ainda assim racionalmente legitimadas pelos personagens ou instituições que as praticam – a criticidade do romance advindo da sobreposição da imoralidade da ação ao *perfeito rigor lógico-racional* a orientar o seu sentido-*Sinn*. O eixo da indagação é deslocado: enquanto Weber “desconstrói” a racionalidade de práticas ordinárias, Pynchon *denuncia a racionalidade* de práticas hediondas (no que Pynchon afinal não se difere realmente de Weber, pois que remete aqui a um outro componente central e adjacente do legado weberiano, a saber: a teorização da “autonomia das esferas” – ética, científica, artística, política... – na Modernidade).

Publicado em 1973, *GR* adquire parte da sua tensão específica na tentativa de abranger, sob a forma-romance, a totalidade do seu tempo histórico (o contínuo entre

---

1945 e o tempo presente do lançamento do livro). Confirma assim a definição de Georg Lukács do romance como “a epopéia de uma era para a qual a totalidade extensiva da vida não é mais dada de modo evidente, para a qual a imanência do sentido à vida tornou-se problemática, mas que ainda assim tem por intenção a totalidade” (LUKÁCS, 2000, p. 55) – porém de maneira enviesada. É que o próprio livro de Pynchon problematiza a possibilidade de alcance da totalidade, auto-referencialidade que não era prevista pela definição de Lukács. Mais exatamente, a obra projeta a falência da tentativa de apreensão universal dos sistemas contemporâneos de produção de realidade, a partir dos dados que a própria realidade oferece – o que todavia significa manter a universalidade como termo de referência, em negativo.

O plano universal, no caso, corresponde à História Moderna, focalizada – e sintetizada – num de seus momentos-chave (a narrativa se passa entre o final da II Guerra Mundial e o imediato pós-guerra, com a ocupação da Alemanha pelos aliados), que tanto adquire em relação à Era Moderna uma carga sinedóquica, quanto aponta nela um ponto de descontinuidade (pensemos em 1945 como o início do “Século Americano”, dentro da “longa duração” de um “sistema-mundo” de origem bem anterior). Se considerarmos que os “sistemas de produção de realidade” de uma dada conjuntura histórica são a política, a economia, a ciência, a burocracia, a arte, a filosofia..., então em *GR* os “dados que a realidade oferece” (na experiência cotidiana das personagens) são apresentados como uma pulverização de informações que não remetem a qualquer síntese possível. Não permitem, pois, que as personagens acessem a ordem de funcionamento daqueles “sistemas”. De dentro das suas rotinas profissionais – as personagens do romance são sempre enquadradas no exercício das suas profissões –, cujos sentidos-*Sinn* parecem ser autoevidentes e autosuficientes, elas não conseguem figurar o sentido-*Sinn* a comandar por sua vez as próprias profissões que eles exercem, isto é, não alcançam o “para além” da realidade cotidiana, a “esfera transcendente” a determinar os seus lugares no mundo (e não estamos “forçando a nota” com uma tal

---

escolha de palavras, pois o *topos* pynchoniano da “preterição” – em oposição à “eleição” –, em que pese a sua clara remissão ao puritanismo norte-americano, faz ecoar a dinâmica da *alienação* presente, por exemplo, em *1984* de George Orwell).

Esse é o primeiro dos dois eixos de formação do sentido que pretendemos analisar, a girar em torno da impossibilidade das personagens de acessar os interesses que realmente estão em jogo na guerra, quando a guerra se torna uma realidade imanente – a determinar as suas vidas e as suas rotinas. Como pode o engenheiro compreender o lugar ocupado pelo míssil que ele ajuda a projetar dentro da “ordem geral das coisas”, a partir de dentro da sua rotina de trabalho? Neste primeiro gênero de formação do sentido, os “dados” da realidade vivida pelas personagens vêm da ficcionalização de atividades que integraram de fato os bastidores da Guerra, tais como a espionagem, a pesquisa de material bélico, ou o controle e agenciamento burocrático de recursos financeiros. Não é a frente de batalha que aparece, mas sim os meandros do seu labirinto organizacional – e a banalidade desta rotina, nas conseqüências que ela traz para o que está fora dela mesma, é um forte eixo de atribuição de sentido à História em *GR*.

Há ainda uma outra ordem de “dados” que nos interessa. Ainda que incorporados à ficção, eles são na verdade fatos históricos *acrescentados* à narrativa, na proposta de que eles sejam fruídos como tais, ou seja: de que eles sejam *apreciados* enquanto fatos, e não como ficção. A tensão entre ficção e não-ficção é fartamente explorada em *GR*; nesse caso em particular, estamos tratando de imagens históricas dispostas no enredo como fragmentos, ou seja, como segmentos independentes da trama (carentes de uma “necessidade” diegética autoevidente), mas que provêm sentido a ela. Rebatidos no real, eles constróem uma espécie de genealogia do presente. A condição de fragmento, em perfeita sintonia com a dissolução da idéia tradicional de enredo tradicional operada no livro, permite a operação metodológica de se alinhar segmentos isolados fora de maiores considerações sobre os seus *loci* diegéticos, em especial dado que, no nosso

---

caso específico, na condição de *informações apresentadas sobre o passado histórico* cada fragmento é disposto para que seja fruído em sua imanência – no montante, o sentido não advém isoladamente de cada um deles, mas sim da sua recorrência. Esse segundo eixo de formação do sentido é, portanto, aquele que mais diretamente nos lança à História propriamente dita.

Os dois eixos se complementam, dentro da dinâmica segundo a qual a legitimação racional de uma dada *praxis* tem o seu absurdo desvelado pela monstruosidade dos seus fins. Passando à exemplificação, começaremos pela estratégia de ficcionalização da matéria histórica, para em seguida abordarmos a apropriação do fato histórico como fragmento.

No quadragésimo capítulo de *GR*, a presença já antecipada do campo de concentração de Dora ganha afinal a configuração que lhe será definitiva. Sabe-se que Dora foi construído exclusivamente para fornecer prisioneiros como mão-de-obra para a Mittlewerke, fábrica dos mísseis V-1 que foram lançados maciçamente sobre Londres a partir do verão de 1944. Esses são fatos documentados; a partir deles, a ficcionalização virá através da personagem de nome Franz Pökler, que será o foco narrativo principal do capítulo em que Dora figura como referência. Um dos técnicos a trabalhar na Mittlewerke (que não muda de nome em *GR*), ele será o pivô da ficcionalização do emprego de trabalho escravo pelas indústrias alemãs, tema que todavia não aparecerá sozinho: o fato de que aquela era uma indústria bastante peculiar – pois a sua atividade pressupunha uma pesquisa científico-tecnológica de ponta –, fará agregá-lo a um outro: o do entrelaçamento entre as racionalidades científica e política no século XX.

*GR* nos faz saber que em Dora estavam presas a ex-mulher – comunista militante – e a filha pequena de Pökler. Nos faz ver também o quanto Pökler rejeitara a idéia de que elas eram realmente prisioneiras, pois “Tinha ouvido falar na existência dos campos de prisioneiros, mas não via nada sinistro nisso: acreditava na palavra do governo, na

palavra 'reeducação'" (PYNCHON, 1998, p. 424). O seu auto-engano persistiu quase até a rendição alemã, quando ele afinal se viu obrigado a aceitar o que de fato eram os Campos: "... foi só em Agosto ... que ele finalmente conseguiu associar os ... dados. Durante meses, enquanto seu pai, do outro lado das paredes ou arames farpados, cumpria diligentemente suas obrigações, ela [a sua filha] era prisioneira a poucos metros dele, espancada, talvez estuprada..." (PYNCHON, 1998, p. 443). Antes, porém, deste "desvelamento da verdade", Pökler forçara-se a desacreditar a sua própria intuição quanto à barbárie do campo – e quanto à logística que o aproximava da sua própria rotina de trabalho. Em *GR*, Dora existe em grande parte apenas na recusa de Pökler: quase não existe em si, mas apenas na medida em que é recusado. Quem é este, então, que o recusa?

*Pökler é um perito em plásticos convidado a atuar na pesquisa aerobalística alemã. Sonha com o dia em que a aerobalística permitirá à humanidade "transcender" "para ir embora da Terra" (PYNCHON, 1998, p. 414), como se vê na resposta que oferece à acusação de Leni, a sua ex-mulher, de que ele estava sendo usado "para matar gente" (PYNCHON, 1998, p. 413): "Algum dia ... eles [os militares] não vão mais ter que matar. As fronteiras vão desaparecer. Vamos ter todo o espaço sideral..." (PYNCHON, 1998, p. 414) A mitificação da técnica vai aqui pari passu com a ignorância dos seus praticantes em relação às suas implicações políticas, aliás o motivo do abandono de Pökler pela esposa, antecipado naquele mesmo diálogo: "De onde você acha que o exército tira esse dinheiro?, perguntou Leni. 'Que diferença faz? Dinheiro é dinheiro.'" (PYNCHON, 1998, p. 414) *GR* joga então com ambigüidade da ignorância de Pökler – da sua inocência pela ausência de uma intenção criminosa. Pois se tudo o que ele fez foi aceitar as oportunidades tais como elas se lhe apresentaram, o que haveria de errado nisso? É o que se vê no parágrafo seguinte, em que a narração mimetiza uma sua reflexão:*

---

*Dentro da Sociedade, as opções eram claras. Sem dinheiro, a VfR [sigla em alemão para "Sociedade para a Navegação Espacial"] estava morrendo à mingua – e o exército tinha dinheiro, e já os estava financiando indiretamente. Ou bem eles construíam o que o exército queria – artefatos práticos – ou então continuavam tocando para a frente numa pobreza crônica, sonhando com viagens a Vênus. (PYNCHON, 1998, p. 414)*

*Poder-se-ia pensar que a valência política desta decisão só pode ser apontada pela ação nominalista: apenas quando uma voz proclamá-la política, ela se politizará. Em GR, porém, Dora trata de fazê-lo quase que como um ready-made: a vizinhança entre a barbárie de um campo de concentração e o trabalho da elite da tecnocracia militar alemã é um fato histórico, assim o urinol de Duchamp era um objet trouvé; o efeito de deslocamento, que neste último é produzido pelo mero transporte do objeto a uma galeria de arte, é dado no primeiro pela absoluta normalidade da rotina de trabalho de Pökler. Ele decerto não é Eichmann – pois quando o seu auto-engano finalmente se quebra, tarde demais para a sua mulher e a sua filha, ele visita Dora, vê o que há lá para ser visto, e vai passar o resto de seus dias mergulhado na loucura e na culpa. Porém a sua banalidade profissional, e a mediocridade – a passividade – da sua ação, diante do horror implicado no seu campo de conseqüências acabam por flertar com o conceito arendtiano da "banalidade do mal" (ARENDDT, 2000).*

Quanto à apropriação – e disposição para a apreciação do leitor – da matéria histórica em seu conteúdo de verdade factual, começemos pela passagem seguinte (que se refere a um veterano do exército inglês), exemplo do tratamento da matéria histórica como fragmento:

---

*A formação que Ernest Pudding recebeu ensinou-o a crer na existência real de uma Cadeia de Comando, tal como os clérigos de séculos passados criam numa Cadeia da Criação. As geometrias novas o confundem. Seu maior triunfo no campo de batalha ocorreu em 1917, em meio ao gás e à imundície apocalíptica do saliente de Ypres, onde conquistou uma língua de terra de ninguém de 40 metros no trecho mais largo, com baixas de apenas 70% de sua unidade. Foi aposentado no início da Grande Depressão – passava os dias no escritório de uma casa vazia em Devon, cercado de fotos de velhos companheiros... (PYNCHON, 1998, p. 84).*

Um veterano da I Guerra, fiel à idéia da “Cadeia de Comando” como uma “Cadeia da Criação” cavalheiresca, e que portanto vive hoje no pasmo diante da nova racionalidade militar (em que o cálculo substitui a honradez), se orgulha porém de ter conquistado 40 jardas de terreno ao custo de “apenas 70% de sua unidade”. É assim que, em meio à construção ficcional, irrompe a eloquência de um fato histórico.

Na passagem acima, a moral é um termo excluído para ser reafirmado: o afastamento irônico a traz para o primeiro plano do sentido, mas somente para ligá-la à gestão da “economia” da guerra, estabelecida como o sentido-*Sinn* prioritário da ação. Para retomarmos o *motto* que nos orienta, vemos aí a dinâmica segundo a qual a plena racionalidade e legitimidade da ação de Pudding – pois o sacrifício de soldados era uma aposta prevista e executada cotidianamente pelos círculos de comando durante a I Guerra – hiperboliza o seu absurdo. Além disso, porém, queremos chamar a atenção para a estratégia narrativa de Pynchon, em que a saliência do Ypres não aparece numa função metonímica ou sinedócica visível (ela não é um dado real chamado para extrapolar a si próprio e remeter a algo além de si mesmo). Na sua notoriedade como um dos maiores campos de massacre da I Guerra, o nome “Ypres”, acompanhado da descrição de uma ação típica que nele ocorreu durante o conflito, tem uma força

imaneente: está lá para ser apreciado pelo que é, não remetendo imediatamente a nada além do próprio horror que o caracteriza.

Para que esta afirmação não pareça arbitrária, disporemos um segundo exemplo. Ele se insere, sim, num nexu causal de grande importância para narrativa, pois revela como aconteceu de duas das personagens principais, inimigas na trama, serem filhas do mesmo pai. Ocorre que a narração do fato excede a mera função de “analepse explicativa”, pois antes de ficarmos sabendo que o pai de Tchitcherine combatera na guerra russo-japonesa, lemos este trecho:

Tudo indica que, em dezembro de 1904, o almirante Rojdestvenski, comandando um frota de 42 belonaves russas, adentrou o porto de Lüderitzbucht no Sudoeste Africano. Isto foi quando a guerra russo-japonesa estava no auge. Rojdestvenski estava a caminho do Pacífico, para render a outra frota russa que estava imobilizada pelos japoneses em Porto Artur havia meses. Saindo do mar Báltico, contornando Europa e África, cruzando todo o oceano Índico e depois subindo a costa da Ásia, a frota estaria realizando uma das mais espetaculares viagens marítimas da história: sete meses e 30.000 quilômetros, até chegar, num dia de início de verão, nas águas entre o Japão e a Coréia, onde um certo almirante Togo, que estava à espreita, sairia de trás da ilha de Tsuxima e, antes que o dia terminasse, botaria na bunda de Rojdestvenski. Apenas quatro navios russos chegariam em Vladivostok – quase todos os outros teriam sido afundados pelos solertes nipônicos.

(PYNCHON, 1998, p. 363)

Em que pese a ironia e o vocabulário libertino, o teor da passagem é francamente informativo. É possível mesmo pensar que pouco deveria ser modificado na sua sintaxe para que ela pudesse ser incluída, por exemplo, numa publicação da mídia impressa. Tal se dá porque, mais uma vez, o fato está disposto para ser *apreciado* em si mesmo.

Quando se trata de um assunto suficientemente conhecido pelo público, *GR* se contenta em fazer uma alusão, como na declaração do japonês Morituri (o latim não vem por acaso) que, exilado na Alemanha durante a guerra, sonha apenas em voltar para casa: "Tudo o que eu quero é voltar para Michiko e as meninas, e quando chegar lá, nunca mais vou sair de Hiroxima." (PYNCHON, 1998, p. 495) Não sendo este o caso – não se tratando de um fato tão notório –, o livro se dedica a informar o leitor sobre a matéria histórica em questão, como nos segmentos sobre o massacre dos Herero na Namíbia pelos alemães no início do século XX, ou sobre o extermínio dos pássaros dodôs pelos colonos holandeses da ilha de Maurício "em meados do século XVII" (que integram o mesmo campo semântico, situando o horror num plano de continuidade cuja origem antecede em muito a nossa contemporaneidade). Em qualquer uma das alternativas, é importante perceber como é dada plena vazão à pura pulsação do fato – significante solto, e provocador de incômodo. É por isso que, diferente da ficcionalização do passado (que dá voz às várias dicções e tropos em que o narrador emoldura a narrativa), a estratégia do fragmento lido é entretanto isonômica, ambas convergindo para a atribuição de sentido que nos propusemos a investigar.

O desfile de barbáries que listamos até aqui transforma *GR* numa espécie de arquivo enciclopédico dos horrores da História Moderna. É claro que eles nem sempre aparecem sob a dinâmica que aqui tem nos interessado, e que pautou os exemplos escolhidos – pois fica claro que o sentido-*Sinn* das ações de Pudding e Rojdestvenski os inclui no amálgama de racionalidade e monstruosidade de que viemos falando. Resta saber, por fim – e retomando o exemplo de Pökler –, que sentido tais exemplos (pinçados entre tantos outros possíveis) vêm atribuir à Modernidade em *GR*.

Dissemos mais acima que em *GR* (assim como nos outros romances de Pynchon) as personagens são focalizadas no exercício das suas profissões. Nada a ver, portanto, com um Brás Cubas, que tem na falta de ocupação um elemento definidor. Mas a maior

diferença entre o universo de Brás Cubas e os de Pökler, Pudding e Rojdestvenski, é que esses últimos estão em guerra, ou seja: estão vivenciando o limite máximo a que uma situação (político-social) de “caos sistêmico” pode ser levada, para além do qual dar-se-á a ruptura – ao menos parcial – da ordem vigente. *A posteriori*, guerras costumam ser compreendidas como pontos de inflexão entre segmentos históricos relativamente estáveis, mas diferentes entre si; fica clara com isso a sua importância como força produtora de História. Esta compreensão guerra como *poiesis* – como produção de mundo – fica patente em *GR* não pela narração da ação militar em si, o que seria insuficiente para caracterizá-la como tal. Basta pensar nas páginas de Hemingway sobre a frente italiana na I Guerra, e sobre a Guerra Civil Espanhola: a crueza do cotidiano do combate não coexiste, ali, com alguma remissão a uma organização totalitária do mundo. Se *GR* consegue fazê-lo, é porque nele a guerra não existe como *ação guerreira*, mas como planejamento dessa ação; ela não é o combate, mas a *ratio* que o projeta e o organiza. Não coincidentemente, é o jogo de bastidores que toma a cena: inteligência militar, espionagem, círculos de financiamento... É assim que, focalizada sob esta perspectiva, a guerra não se diferirá substancialmente de si mesma ao longo do tempo: Rojdestvenski em 1904, Pudding em 1915, e Pökler (um pacato funcionário a trabalhar de consciência limpa na produção de mortes em larga escala) na primeira metade dos anos 40, são todos eles repetições do mesmo, o que significa dizer: são a mesma racionalidade satisfeita consigo mesma, feliz dentro dos seus limites (dentro do alcance da sua visão), e em paz como o senso de missão que se lhe despertou num momento em que as demandas externas se tornaram agudas.

Esse é o quadro que desenhamos para estabilizar uma das atribuições de sentido à História Moderna que se vê em *GR*. Que a interpretação da guerra como força poiética é viável, basta para tanto pensar na contingência que a II Guerra impõe às vidas das personagens do romance: literalmente todas elas aparecem na condição de transformadas pelo conflito (suas vidas não são aquilo que eram anteriormente a ela,

nem aquilo que virão a ser; vide o exemplo patente do *affair* entre Jessica e Roger Mexico). Num plano mais amplo, tal força poética (ao lado daquela exercida por extermínios, empreendimentos colonizadores, massacres – dos quais a guerra não se diferencia substancialmente em *GR*) aparece como o motor da História, que é sempre uma História Européia – os agentes do horror são alemães, russos, ingleses... Ou então norte-americanos e argentinos, pois é como aquilo que o argentino Squalidozzi parece querer dizer ao norte-americano Slothrop: *"Nós [os argentinos] de todos os precipitados formados no alambique doloroso e turvo da Europa, nós somos o mais ralo, o mais perigoso, o mais prático para aplicações profanas... Tentamos exterminar nossos índios, tal como vocês: queríamos a versão branca e fechada da realidade que obtemos..."* (PYNCHON, 1998, p. 275 – itálicos do autor) Se o horror é a engrenagem a produzir o movimento, há porém em *GR* uma diferenciação nítida entre a ação dos seus altos círculos gestores, e a dos seus "subalternos" perpetradores – que se opõe como o *inner party* e o *outer party* de 1984.

Trata-se de uma simbiose entre a ignorância – a alienação – do senso comum empregado a serviço da máquina, e essa mesma máquina, dotada de um instinto feroz de autopreservação. A oposição entre "eleitos" e "preteridos" transpõe a ideologia puritana para a arena política – o que implica estatuir que, assim como está previsto em ambas as condições, não há mobilidade possível entre uma e outra. Um "preterido" o será para sempre – ou então deixará de sê-lo, em *GR*, (numa flexibilização possibilitada pela apropriação política desse conceito) ao se entregar à cooptação pelo centro. Neste caso, tratar-se-á de um preterido que tenha tomado consciência da sua própria preterição (como acontece com os integrantes da "Contraforça"); de qualquer maneira, o Grande Jogo prossegue ileso.

Não há *télos*, portanto – apenas permanência. Nas passagens em que a narrativa ironiza a crença em idéias tais como a da existência de uma esquerda política, ou de uma ideologia alternativa ao controle pela máquina, *GR* se amalgama à falência das utopias

ocorrida nos anos 70, e encontra aí o seu ponto limite. Há uma passagem em que a presença do falecido ex-ministro alemão Walter Rathenau, o “inventor do estado cartelizado”, é invocada numa sessão psíquica, em que ele então propõe aos participantes que eles “precisam fazer duas perguntas. Primeiro: qual a verdadeira natureza da síntese? Segundo: qual a verdadeira natureza do controle? Os senhores pensam que sabem, e apegam-se a suas crenças. Porém mais cedo ou mais tarde será necessário abandoná-las...” (PYNCHON, 1998, p. 177) As evidências acabarão por obrigar ao abandono das crenças, isto é, das ideologias explicativas do funcionamento da máquina (assim como o embate entre comunismo e capitalismo se tornou obsoleto após a Primavera de Praga); Rathenau mesmo acabara de tentar explicar a estrutura real desse funcionamento aos seus ouvintes, que não puderam compreendê-lo justamente por causa de tais opiniões pré-formadas. Enquanto eles enxergavam na ordenação do sistema a manifestação de uma positividade singular, planejável e preferível a outras (como a do “capitalismo” contra o “comunismo”), o ex-ministro expõe um cenário universal e sombrio. Englobando indistintamente toda e qualquer formação geopolítica, ele vê a seguinte paisagem:

Acham que seria melhor se eu falasse sobre o que os senhores denominam “vida”: o Kartell, crescendo, orgânico. Um robô muito inteligente. Quanto mais dinâmico ele lhe parece, mais profundo e mais morto se torna na realidade. Vejam as chaminés, como elas proliferam, despejando os resíduos dos despejos originais sobre extensões cada vez maiores das cidades. Estruturalmente, elas são as mais fortes sob compressão. Uma chaminé é capaz de sobreviver a qualquer explosão – até mesmo a uma onda de choque de uma das novas bombas cósmicas ... como os senhores certamente não de saber. A persistência, portanto, das estruturas que favorecem a morte. Morte convertida em mais morte. Aperfeiçoando seu reino, tal como o carvão enterrado se torna mais denso, sob um número cada vez maior de camadas –

---

época acumulada sobre época, uma cidade em ruínas sobre outra. Este é o sinal da Morte, a imitadora. (PYNCHON, 1998, p. 176-177)

Para além da ignorância e da cooptação, vive um poder que tem se sobressaído ao longo do tempo. Sentido-*Sinn* de um maquinário autônomo, a Morte é tanto a lógica operatória quanto à finalidade do(s) sistema(s) – é produzindo mortes (contingentes) que a Morte se faz valer. Este é, porém, um limite de *GR*. Se mesmo a capacidade de dizer “não” por aqueles que se apercebem da suas condições de preteridos – como os integrantes da “Contraforça” – é esmorecida pela cooptação, então resta apenas a preterição – a idoneidade na ignorância. Todavia, como mesmo ela pode dar vazão à Morte (vide Pökler), que saída nos resta, então? Numa comparação rápida, lembremos que a possibilidade – a liberdade – de dizer “não” é o único refúgio ético-normativo na filosofia de Deleuze e Guattari (DELEUZE, 1995-7), contemporâneos de Pynchon, e assim como ele pensadores ativos diante da falência das grandes utopias. O “dizer não” é o componente mínimo restante da descrença nas “grandes narrativas” – mas até mesmo este mínimo parece ser objeto de ceticismo em *GR*.

Deste “beco sem saída”, e após aquilo que já fora esboçado em *V.*, teremos que esperar até 1990, com a publicação de *Vineland*, para presenciarmos o renascimento de uma ética afirmativa da vida cotidiana na obra de Thomas Pynchon.

**Referências bibliográficas:**

ARENDETT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.  
COSTA LIMA, Luiz. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 2000.

DELEUZE, Gilles; e GATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (5 v). São Paulo: Editora 34, 1995-1997.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura* (2 v.). Rio de Janeiro: Editora 34, 1996 e 1999.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.  
PYNCHON, Thomas. *O arco-íris da gravidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.